

Cabral ganha prazo maior para seu substitutivo

Foto de Sérgio Marques

BRASÍLIA — O Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, vai adiar pela segunda vez — agora por 48 ou 72 horas — o prazo para entrega do substitutivo do Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), marcado para amanhã. Ele anunciará oficialmente hoje sua decisão. No fim de semana recebeu insistentes apelos nesse sentido, culminando ontem, na sua casa, com uma reunião das Lideranças do PMDB, PFL e PDS, quando o próprio Cabral lhe pediu tempo para incluir no projeto o resultado das negociações sobre sistema de governo e questão tributária.



Luiz Henrique, Fernando Henrique e Brito participaram dos entendimentos

— Estamos em negociação e precisamos de mais uns dois ou três dias — explicou Cabral, que quer 72 horas de prazo, e tem o apoio do Presidente do PFL, Marco Maciel.

O Relator previu a possibilidade de um acordo em torno da emenda parlamentarista do Senador Nelson Carneiro, com alguns acertos, afirmando que o novo sistema não deve-

rá ser o parlamentarismo clássico, nem o presidencialismo. Ele disse acreditar no entendimento, o que permitirá a inclusão do acordo já no texto do substitutivo.

Simpático à tese da implantação gradual do parlamentarismo com um mandato de seis anos para o Presidente Sarney, Cabral — que esteve com Sarney por três horas no sábado — disse, contudo, não ter ouvido de-

nenhuma manifestação favorável à proposta. Segundo o Relator, se essa tese for vitoriosa, os futuros Presidentes também terão um mandato de seis anos.

Ulysses explicou que o que se está procurando "é uma fórmula em que desembocuem as correntes e tenha expressão majoritária", mas admitiu que não há ainda qualquer decisão sobre o assunto. Disse que existem muitas cogitações em torno do parla-

mentarismo, conversas que procuram situar os poderes do Presidente da República neste sistema, mas que não há nada decidido, pois os presidencialistas, embora abertos à negociação, têm reafirmado suas posições a favor do atual regime.

Um dirigente do PFL informou que Ulysses, embora tenha sido interpretado como recente simpatizante do parlamentarismo, afirma reservadamente continuar fiel ao presidencialismo. O mesmo aconteceria com o Presidente, que não deseja abrir mão da posição que motivou um pronunciamento à Nação, em maio.

O adiamento do prazo para a entrega do substitutivo de Cabral foi motivado pelo impasse nas negociações do sistema de Governo e da reforma tributária. Apesar das sucessivas reuniões deste final semana, os parlamentaristas não chegaram a uma proposta de consenso, e os presidencialistas continuam afirmando que não abrem mão do presidencialismo e, se não der certo, optar por um parlamentarismo puro, que prevê a dissolução da Câmara em momentos de crise e a eleição indireta do Presidente da República.

Ontem, o Presidente do PFL, senador Marco Maciel, teve uma longa reunião com as lideranças de seu partido. A posição, segundo um pefelista, é a mesma: lutar pelo presidencialismo e, se não der certo, optar por um parlamentarismo puro, que prevê a dissolução da Câmara em momentos de crise e a eleição indireta do Presidente da República.

Costa Couto diz que Governo prefere presidencialismo mas aceita diálogo

BRASÍLIA — Apesar de manter a convicção de que o regime presidencialista é o mais adequado para o País, o Presidente José Sarney aceita o diálogo em torno de outro sistema. A posição do Governo foi definida ontem, em entrevista, pelo Chefe do Gabinete Civil, Ministro Ronaldo Costa Couto, após despacho com Sarney, no Palácio da Alvorada.

O Presidente mantém a posição de estadista relativamente à questão do sistema de governo e a outros temas em discussão na Constituinte — disse Costa Couto, acrescentando que somente terá o apoio pessoal do Presidente uma proposta capaz de permitir um governo eficiente e capaz.

Segundo ele, o Governo deve assumir as posições que defende, "deixando a hipocrisia de lado". O Executivo, julga, está lutando pelo que acredita e não pode se omitir, uma vez que foi o próprio Presidente Sarney quem convocou a Constituinte.

Antes do despacho no Alvorada, quando deixava uma reunião de quase três horas com parlamentares na residência do Deputado Ulysses Guimarães, o Chefe do Gabinete Civil declarou que o Presidente Sarney não será obstáculo a uma negociação entre as diversas correntes partidárias. Embora reafirmasse a opção do

Governo pelo presidencialismo moderno, não imperial, que fortaleça o Congresso, Costa Couto disse que o Governo está aberto ao diálogo.

— O Presidente — afirmou — tem participado pessoalmente desses entendimentos, além de ter instruído seus assessores a trabalharem nesse sentido. As cartas estão na mesa e as sugestões que se identificam com o Governo vêm sendo examinadas. As várias opções parlamentaristas estão sendo avaliadas, além das iniciativas para promover uma simbiose entre as hipóteses parlamentarista e presidencialista.

O grande número de propostas parlamentaristas, na opinião de Ronaldo Costa Couto, está dificultando um acordo em torno do sistema de governo. "São mais de dez propostas", lembrou ele. Ressaltou, entretanto, que as hipóteses do voto distrital e da dissolução do Congresso são os dois elementos que compõem classicamente o sistema parlamentarista.

Costa Couto disse, ainda, que o Presidente Sarney mantém o compromisso de cinco anos de mandato, firmado com a Nação em maio. "Ele se mantém firme na definição que fez", assinalou o Ministro, convencido de que as próximas horas serão muito importantes para o País.

Presidente confessa a Ulysses que julgamento da História o preocupa

BRASÍLIA — "Estou preocupado é com o julgamento que a História fará de mim". Com esta frase, o Presidente José Sarney transmitiu ao Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, no encontro que mantiveram no último sábado, no Palácio Alvorada, sua posição nas negociações sobre o novo sistema de Governo. Sarney disse a Ulysses, segundo um parlamentarista próximo ao Presidente do PMDB, que não está preocupado com sua posição pessoal, mas com a situação do País, na transição para o novo sistema.

De acordo com este parlamentar, Ulysses relatou ter ouvido de Sarney que o Presidente não quer participar de um entendimento que gere uma fórmula de Governo que trará crises

permanentes ao País. Entende, por isto, que o novo sistema deve dar condições de governabilidade, que seja uma fórmula em que o Presidente da República tenha poderes. No encontro, Ulysses e Sarney conversaram sobre todas as propostas atualmente em negociação e Ulysses lembrou-lhe a de Miguel Reale, que implanta um presidencialismo com instituições parlamentaristas.

Ao Líder do PFL, José Lourenço, que recebeu ontem pela manhã, Sarney disse que se as forças políticas na Constituinte chegarem a um consenso e lhe levarem um documento sobre o sistema de Governo com o qual todas concordem, vai analisá-lo.

Maciel garante que ainda não há nada decidido

BRASÍLIA — O Presidente do PFL, Senador Marco Maciel (PE), afirmou ontem, ao sair do Palácio da Alvorada, que o Presidente José Sarney ainda não acertou uma fórmula de sistema de Governo com os constituintes que defendem o parlamentarismo, mas está conversando com os diversos grupos para chegar a um entendimento.

— Eu senti que o Presidente está querendo ouvir mais para encontrar uma saída. Não acredito que já tenha aceito alguma proposta — disse Maciel, depois de um encontro de mais de uma hora com Sarney.

Marco Maciel disse ser possível chegar a um acordo em torno do sistema de Governo e adiantou que depois de analisar a questão com o PFL, pretende se reunir hoje com o Presidente da Constituinte, Ulysses

Guimarães. Defensor do presidencialismo com o fortalecimento do Legislativo, Maciel afirmou contudo que está aberto ao diálogo.

— Não quero ser contra o entendimento. Mas não se pode fazer um entendimento para produzir algo que não seja compatível com as exigências do País. Tenho receio de sairmos para uma experiência que não dê certo e, conseqüentemente, não dê estabilidade ao País.

Sempre cauteloso ao tratar da questão parlamentarista, Maciel disse que ouviu um relato de Sarney sobre as propostas em exame. Lembrou que a implantação do parlamentarismo gradual, como prevê a Emenda Bonifácio de Andrada (PDS-MG), tem o sentido de "resguardar o Presidente", embora preferisse não

manifestar a sua opinião antes de consultar o PFL.

— Eu quero ouvir o partido sobre isso, sem prejuízo de manter os meus pontos-de-vista. Sou sempre a favor da fórmula que sala do entendimento, mas tenho dúvidas se o entendimento em torno do parlamentarismo é o melhor — observou.

Indagado se não seria mais conveniente para o Presidente aceitar o parlamentarismo já que, pelos levantamentos, é a tendência mais forte na Comissão de Sistematização, Maciel disse ser preciso saber antes de mais nada, que tipo de parlamentarismo têm maioria.

— Há tantas propostas parlamentaristas que precisamos discutir bem. É hora de a Constituinte estabelecer condições para o País consolidar as instituições — concluiu.

Cabral vai mudar texto dos militares

BRASÍLIA — O Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) deverá modificar parcialmente o dispositivo de seu projeto referente ao papel das Forças Armadas, incluindo no texto a determinação de que estas se destinam "à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constituídos e, por iniciativa de um destes, da lei e da ordem".

A nova redação concilia, segundo um auxiliar de Cabral, as opiniões dos constituintes e dos militares, já que estes últimos não gostaram da primeira versão, segundo a qual as Forças Armadas se destinam à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, "por iniciativa expressa destes, da ordem constitucional". Substituindo "ordem constitucional" por "da lei e da ordem", não haveria mais resistência.

Emenda Néelson Carneiro modificada une partidos

BRASÍLIA — Após quase 20 reuniões no fim de semana, os grupos parlamentaristas do PMDB e do PFL chegaram a um acordo sobre a fórmula a ser incluída no substitutivo do Relator Bernardo Cabral: é a Emenda Néelson Carneiro, com algumas modificações relativas ao papel do Presidente da República.

O acordo ainda não está completo, contudo, porque os parlamentaristas estão divididos quanto à forma de implantação do novo sistema: os grupos do Senador José Richa (PMDB-PR) e do Deputado Cid Carvalho (PMDB-MA) defendem a te-

se gradualista com mandato de seis anos para o Presidente Sarney, enquanto os Senadores Fernando Henrique Cardoso (SP) e José Fogaça (RS), entre outros, acham que a transição deve ser feita no ano seguinte ao da promulgação da Carta.

— Temos medo de que um poder com previsão para desaparecer em três anos desapareça desde o início — disse Fernando Henrique, referindo-se ao gradualismo e admitindo que o mandato de seis anos não é consenso no PMDB.

Fernando Henrique reuniu-se pela manhã com os

parlamentaristas do PMDB na casa do Líder na Câmara, Luiz Henrique (SC). Fez um relato das reuniões anteriores com parlamentaristas do PFL, que aceitaram a Emenda Néelson Carneiro. O grupo que se reuniu na casa de Luiz Henrique definiu-se pela proposta de que o novo sistema passe a vigorar imediatamente após a promulgação da nova Carta com uma ressalva, nas disposições transitórias, de que no primeiro ano o Presidente indicaria o Primeiro-Ministro, que não estaria sujeito à moção de censura neste período.

Vaivéns irritam Lourenço, que não acredita em acordo

BRASÍLIA — O Líder do PFL na Constituinte, José Lourenço, saiu ontem do Palácio da Alvorada visivelmente irritado. Disse aos jornalistas que não acredita em acordo entre os que defendem a implantação gradual do parlamentarismo e o Presidente Sarney. E fez a comparação: — É mais fácil um passarinho não voar do que eles se entenderem em torno do parlamentarismo gradual.

Lourenço tinha motivos para estar contrariado: na véspera, ouvira do Presidente duas versões. Primeiro, Sarney disse-lhe que era presidencialista por convicção e não deixaria de sê-lo. Depois, lhe telefonou para dizer que, diante da tendência parlamentarista na Constituinte, não se furteria ao entendimento.

— O grupo gradualista me apresentou exemplos impressionantes que não posso deixar de levar em consideração. Apesar de ser presidencialista — disse-lhe Sarney.

José Lourenço manteve o diálogo por telefone enquanto estava na casa do Deputado Alceni Guerra (PFL-PR), onde ocorreram duas reuniões. Ao colocar o fone no gancho, passou do estado de perplexidade para a irritação:

— O Sarney fala o que as pessoas querem ouvir. Para mim, que sou presidencialista, disse que mantinha sua posição. Para vocês, admitiu negociar.

Não descartou, porém, a possibilidade de mediar os entendimentos no PFL, prometeu ouvir a bancada e acatar a decisão.

Grupo elabora texto de acordo

BRASÍLIA — Parlamentares do PMDB, PFL, PDS, PTB e PCB estão preparando um documento de compromisso com a proposta de adoção gradual do parlamentarismo, com seis anos de mandato presidencial, para levar ainda esta semana ao Presidente Sarney. Eles querem dar uma demonstração de força e tranquilizar Sarney quanto à sustentação que os parlamentaristas lhe garantirão.

O documento tem por objetivo principal vencer a resistência do Presidente em aceitar seis anos de mandato. Em uma reunião, sábado, o Senador José Richa propôs um mandato-tampão de um ano, a ser exercido por um Presidente eleito indiretamente. Embora encontrasse adeptos, a ideia não foi aceita.